

**SÉRIE ANTROPOLOGIA**

**345**

**POPULAÇÃO INDÍGENA**

**Julio Cezar Melatti**

**Brasília  
2004**

# População Indígena

Julio Cezar Melatti

As considerações abaixo reunidas resultam de notas tomadas para um trabalho de divulgação de tiragem maior que não chegou a se concluir e concretizar. Por isso as apresento neste número da *Série Antropologia*, a quem possa interessar, como elementos para debate ou ponto de partida para algo mais ambicioso.

## Número de indígenas no Brasil e nas Américas

De todos os países americanos que contam com indígenas na sua população, o Brasil é aquele que os tem em menor porcentagem. É o que nos mostra o Quadro 1, tomado de um levantamento feito pelo Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.), publicado no volume 53 da sua revista *América Indígena* e assinado pelo então seu presidente, o antropólogo peruano José Matos Mar (1993, p. 165).

Tal constatação dificilmente será desmentida, mesmo se levarmos em conta o caráter aproximativo desse levantamento, feito há quase dez anos atrás. De fato, os dados em que se baseia, oriundos de censos ou, no mais das vezes, estimativas, de órgãos governamentais, associações indígenas ou pesquisadores, não têm todos a mesma qualidade. Além disso, os critérios para distinguir os indígenas daqueles que não são variam de país para país. Por exemplo, se falar um idioma nativo pode ser um indicador adequado para alguns países, ele não vale para o Paraguai, onde a língua guarani é usada por milhões de pessoas assumidamente não indígenas. O critério da auto-identificação também apresenta dificuldades, pois, dependendo dos seus interesses em jogo e da atitude desencorajadora daqueles que os cercam, os indígenas abordados podem não se assumir como tal. Também é preciso levar em conta que é mais fácil contar os índios que vivem em suas comunidades do que aqueles que estão dispersos nas cidades ou mesmo nas empresas rurais, a não ser quando os recenseamentos nacionais incluam quesitos que permitam detectá-los.

<b>Quadro 1</b>			
<b>População Indígena das Américas em 1994</b>			
<b>Países</b>	<b>População total</b>	<b>População indígena</b>	<b>% da total</b>
Bolívia	8.200.000	4.142.187	50,51
Guatemala	10.300.000	4.945.511	48,01
Peru	22.900.000	8.793.298	38,39
Equador	10.600.000	2.634.494	24,85
Belize	200.000	27.300	13,65
Honduras	5.300.000	630.000	11,88
México	91.800.000	8.701.688	9,47
Panamá	2.500.000	194.719	7,78
Nicarágua	4.300.000	326.600	7,59
Chile	14.000.000	989.745	7,06
Guiana	806.000	45.500	5,64
Guiana Francesa	104.000	4.100	3,94
Canadá	29.100.000	1.045.885	3,59
Suriname	437.000	14.600	3,34
Paraguai	4.800.000	94.456	1,96
Colômbia	35.600.000	620.052	1,74
El Salvador	5.200.000	88.000	1,69
Venezuela	21.300.000	315.815	1,48
Argentina	33.900.000	372.996	1,10
Costa Rica	3.200.000	24.300	0,75
Estados Unidos	260.800.000	1.959.234	0,75
Brasil	155.300.000	254.453	0,16
<b>Total</b>	<b>720.647.000</b>	<b>36.224.933</b>	<b>5,03</b>

Apesar das imprecisões, o Quadro 1 nos permite algumas observações interessantes, como a de que a população indígena se mantém em maiores proporções naqueles países onde outrora se assentavam as grandes formações estatais ou civilizações pré-colombianas. É o caso da Bolívia, Peru e Equador, onde se erguia o império inca; da Guatemala, Belize e México, onde se expandiu a civilização maia; e, neste último, também a confederação asteca. Digno de nota também é que a população indígena do Chile é quase quatro vezes maior que a do Brasil, sendo preponderantemente de mapuches, que constituem um ramo dos araucanos que resistiram ao avanço do império inca, depois ao dos colonizadores espanhóis, somente cedendo no último terço do século XIX às tropas chilenas. Mesmo a Argentina tem mais indígenas que o Brasil, devido não somente à presença dos mesmos mapuches, como também aos índios andinos do seu noroeste, que também fez parte do império inca.

Por outro lado, nota-se no mesmo Quadro a ausência dos países antilhanos. É que as ilhas do Caribe foram as primeiras a sofrerem o impacto da invasão espanhola, e a guerra, a escravidão e as moléstias ainda não conhecidas nas Américas devastaram de

tal modo a população indígena que no início do século XVII ela aí estava totalmente extinta. O mesmo ocorreu com o litoral do Brasil e com as margens do rio Amazonas que, apesar de serem as áreas mais densamente povoadas pelos índios, foram as que sofreram o primeiro impacto da conquista portuguesa.

A mesma *América Indígena*, quatorze anos antes, em seu volume 39, havia publicado um outro levantamento, elaborado por dois pesquisadores do já referido Instituto, o peruano Enrique Mayer e o argentino Elio Masferrer, no qual é atribuído ao Brasil o número de 245.185 indígenas para o ano de 1978 (Mayer e Masferrer, 1979, pp. 283-4). Eles fazem referência a levantamentos ainda mais antigos, entre os quais um do mesmo Instituto, divulgado no volume 12 de seu *Anuário Indigenista* em 1962, que tem como referência o ano de 1960, e em que o Brasil figura com uma população indígena de 99.700. Dispondo no Quadro 2 essas sucessivas estimativas, percebemos um notável crescimento demográfico dos índios tanto no Brasil como no continente na segunda metade do século XX.

<b>Quadro 2</b>			
<b>Crescimento da população indígena do Brasil e das Américas na segunda metade do século XX</b>			
	<b>1960</b>	<b>1978</b>	<b>1994</b>
<b>Brasil</b>	99.700	245.185	254.453
<b>Américas</b>	14.177.271	28.477.416	36.224.933

### **Dos palpites às estimativas**

As estimativas anteriores para o Brasil são inicialmente superdimensionadas: como indicam Mayer e Masferrer (*ib.*, pp. 241-2 e 283-4), em 1940, o antropólogo Arthur Ramos, propôs a cifra de 1.234.770 indígenas; em 1941, a OIT arredondou-a para 1.250.000 no que se refere aos “indígenas puros”, além dos 2.027.265 “predominantemente indígenas”; e em 1953 Rondon continuava a apostar em 1.200.000. Mas, com base no item “cor da pele” do censo nacional de 1950, foi deduzido o número de 329.082. Lembrem também à estimativa de 500.000 para o ano de 1940 feita pelo antropólogo Julian Steward (1949, p. 666)

Mas fiquemos com os números do Quadro 2, onde tivemos o cuidado de mostrar dados oriundos de uma mesma fonte, o Instituto Indigenista Interamericano, que os compilou. São baseados na soma de números atribuídos individualmente a cada grupo indígena, tenham sido seus membros contados diretamente ou não. Embora a população indígena do Brasil não tenha necessariamente de crescer nas mesmas taxas dos índios das Américas como um todo, o Quadro 2 nos sugere uma acentuada divergência entre as trajetórias de uma e de outra. Assim, nos anos de 1960 e 1994, a segunda é 142 vezes

superior à primeira, enquanto em 1978 é apenas 116 vezes. Ou, dito de uma outra maneira, se, num intervalo de 18 anos, a população indígena do Brasil calculada para 1960 quase que se multiplicou por dois e meio, nos dezesseis anos seguintes apenas foi acrescida de uns quatro por cento. Um dos motivos da discrepância deve estar no acréscimo de 30% que foi feito à estimativa do ano de 1978, correspondente à população atendida pela FUNAI ou pelas missões religiosas (Mayer e Masferrer, 1979, p. 285), o que não se fez com o número do ano de 1994. Mesmo que retiremos esses 30%, diminuindo o número de 1978 para 188.604, ainda assim a população cresce mais rapidamente entre 1960 e 1978 do que deste ano a 1994. Provavelmente, a população indígena do Brasil para 1960 tenha sido subestimada.

Mas que número é esse? Ele foi extraído de um famoso artigo de Darcy Ribeiro, “Culturas e Línguas Indígenas do Brasil”, publicado em 1957, no qual, entre outros temas, ensaiou um cálculo da população indígena. Ribeiro era então pesquisador do Serviço de Proteção aos Índios e, com base na documentação disponível, em informações pessoais de funcionários do órgão e em suas próprias pesquisas de campo ou de outros estudiosos, classificou os 143 grupos indígenas que então considerava existentes nas seguintes “classes de grandeza”: a) com menos de 50; b) de 50 a 100; c) de 100 a 250; d) de 250 a 500; e) de 500 a 1.000; f) de 1.000 a 1500; g) de 1.500 a 2.000; e h) acima de 2.000 indivíduos. Aos 33 grupos, 21 deles isolados, sobre os quais não tinha dados atribuiu uma média de 500 indivíduos para cada um. Somando todos os números mínimos, obteve um total de 68.100 e, somando todos os máximos, 99.700, concluindo que entre esses dois números estaria a população indígena brasileira. Por conseguinte, o Instituto Indigenista Interamericano considerou como o total do Brasil para o ano de 1960 o número máximo a que chegou Darcy Ribeiro para 1957.

A iniciativa de Darcy Ribeiro teve seguidores. Entre 1964 e 1968 uma equipe do Conselho Nacional de Proteção aos Índios realizou um recenseamento dos índios do Brasil, que infelizmente não se completou nem se divulgou (Land e Almeida, 1979, pp. 340). Em 1967, Dale Kietzman, do Summer Institute of Linguistics, uma organização cujos pesquisadores então atuavam no Brasil estudando as línguas indígenas para nelas traduzir os textos bíblicos, publicou um novo levantamento com dados mais atualizados. E em 1972, um ano após um simpósio realizado em Barbados, Georg Grünberg reuniu num volume sobre da América do Sul não-andina trabalhos de vários pesquisadores sobre a situação dos grupos indígenas de cada país e estimavam suas populações. Os dados demográficos referentes ao Brasil originavam-se de diferentes fontes, nem sempre concordantes.

Na década seguinte, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), começou a publicar dados referentes à situação de terras e à população dos grupos indígenas brasileiros, um trabalho continuado pelo Instituto Socioambiental (ISA) que surgiu da fusão daquele com duas outras organizações. De certa maneira, no que tange à obtenção dos dados demográficos, o trabalho do ISA ainda lembra o de Darcy Ribeiro: não dispõe da ajuda de recenseamentos, mas recorre aos arquivos do órgão indigenista

governamental, agora a FUNAI, e às informações de terceiros. Entretanto, diferentemente do que ocorria há quarenta anos atrás, as fontes de dados se multiplicaram: o número de etnólogos aumentou, surgiram várias organizações não governamentais que atuam entre os índios, apareceram inúmeras associações indígenas, outros órgãos do governo passaram a lidar com os índios como a Fundação Nacional de Saúde e o Ministério da Educação. Além disso, os correios e o telefone estão hoje disponíveis em lugares muito próximos das aldeias indígenas e até mesmo em algumas delas. Tudo isso faz com que os dados reunidos pelo ISA sejam bem menos precários.

## **A inegável recuperação**

Na época em que foram publicados, o referido artigo e outros trabalhos de Darcy Ribeiro contribuíram para modificar no público a idéia então reinante de que o desaparecimento da maior parte dos indígenas se devia à mestiçagem com os europeus e africanos, dando origem ao povo brasileiro. Darcy Ribeiro chamou a atenção para o desaparecimento físico de grande parte da população indígena, ao longo de quatro séculos e meio, não só devido às guerras, à escravidão, à desorganização de suas sociedades, mas sobretudo à dizimação pelas moléstias contagiosas contra as quais não possuíam resistência. Sem que tenha sido esta a sua intenção, as objeções que levantou àquele modo de ver conduziram à admissão do extremo oposto: a de que os índios estavam votados irrevogavelmente ao decréscimo e extinção. Entretanto, os levantamentos posteriores, bem como a experiência pessoal de cada etnólogo, missionário ou indigenista vêm mostrando que a população indígena está crescendo.

Para nos convenceremos de que a população indígena está realmente crescendo, deveríamos examinar as etnias indígenas caso a caso. Como isso não é possível neste breve texto, resolvemos reuni-las em alguns conjuntos, conforme sua distribuição geográfica. No Quadro 3, indicamos a população de cada conjunto conforme o artigo de Darcy Ribeiro de 1957 e o volume *Povos Indígenas no Brasil: 1996/2000*, organizado por Carlos Alberto Ricardo, e publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2000). E notamos desde logo que em todos esses conjuntos, menos um, houve aumento de população nos cerca de quarenta anos que separam uma estimativa da outra.

<b>Quadro 3</b>		
<b>Crescimento da população indígena nas diferentes regiões do Brasil na segunda metade do século XX</b>		
<b>Conjuntos de etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>	<b>ISA, 2000</b>
Alto Rio Negro	3.100 a 5.450	20.452
Serras Imeri, Parima e Pacaraima	9.000 a 10.000	12.126
Campos do Roraima	3.750 a 5.500	24.257
Serras Acaraí e Tumucumaque	6.050 a 7.650	5.129
Oiapoque	750 a 1.500	4.418
Solimões	1.050 a 1.600	34.228
Acre e Vale do Javari	5.100 a 6.750	10.324
Jutaí, Juruá e Purus	2.000 a 4.000	9.721
Madeira e Tapajós	4.850 a 6.700	22.423
Vale do Guaporé	650 a 1.250	2.856
Aripuanã	---	1.499
Amazônia Oriental	2.300 a 4.150	15.370
Alto Juruena	1.450 a 2.500	4.055
Alto Xingu	3.100 a 4.250	4.884
Planalto Central	8.100 a 13.800	28.176
Nordeste	5.800 a 9.250	44.749
Leste	100 a 250	13.632
Meridional	9.300 a 12.750	78.620
<b>Total</b>	<b>66.450 a 97.350</b>	<b>336.919</b>

As somas das populações mínimas e máximas de Darcy Ribeiro apresentadas no Quadro 3 não coincidem com os totais a que ele próprio chegou em seu artigo (68.100 e 99.700). Darcy Ribeiro distribuiu suas estimativas em tabelas de várias maneiras, sempre com os mesmos totais: por classificação lingüística, por graus de integração à sociedade brasileira (isolados, em contato intermitente, em contato permanente e integrados), por confronto com a frentes econômicas (agrícola, pastoril, extrativa) e por unidades da federação. Entretanto, ele não faz uma tabela com a mínima e máxima de cada grupo tribal. Em seu lugar, apresenta no final do trabalho uma lista dos grupos tribais em ordem alfabética, cada qual acompanhado de uma pequena nota, certamente algo bem mais informativo que uma simples tabela. Foi nessa lista que nos baseamos para elaborar o Quadro 3. Porém, algumas discrepâncias se notam entre a lista final e as outras tabelas de Darcy Ribeiro. Daí a diferença entre os totais a que chegamos e os dele.

É necessário também um esclarecimento a respeito dos números que tomamos do volume do ISA. Nele a população indígena é apresentada de duas maneiras: logo no seu início, em ordem alfabética sobre páginas de fundo cinza, e depois por áreas geográficas, como um dos itens informativos a respeito de cada terra indígena.

Entretanto, nas terras indígenas habitadas por mais de uma etnia, raramente se indica o número de indivíduos de cada uma, mas apenas o total. Por isso, preferimos usar a lista inicial do volume. É verdade que neste e nos volumes anteriormente publicados o ISA tem evitado somar as populações das etnias num total geral para o Brasil. Provavelmente isso se deve a três motivos: os números apresentados não são todos do mesmo ano; é muito difícil fazer uma estimativa segura dos índios que vivem em cidades; e ainda há povos indígenas sem contato cujos membros não podem ser contados. Por conseguinte, a soma dos números do ISA que apresentamos no Quadro 3 não inclui os índios isolados, nem os urbanos e nem umas poucas etnias sobre as quais falta informação. As cifras somadas, com uma ou outra exceção, correspondem ao último lustro do século XX.

### **Distribuição geográfica da população indígena**

Examinemos, pois, cada um dos conjuntos indicados no Quadro 3, de modo a fazer uma idéia da distribuição da população indígena pelo território brasileiro e seu crescimento.

O Quadro 4 mostra os grupos indígenas do alto rio Negro, no noroeste do Estado do Amazonas, onde a linha fronteira entre Brasil e Colômbia parece desenhar uma cabeça de cachorro. Eles podem ser distribuídos em quatro subconjuntos, conforme os rios junto aos quais vivem, características lingüísticas e situação de contato intertribal ou interétnico.

Nos rios Uaupés e Tiquié, cada etnia é marcada por uma língua diferente da família tucano oriental (com exceção dos tarianas, que falavam outrora uma língua aruaque), casam entre si, funcionando como se fossem clãs exogâmicos, patrilineares e hierarquizados.

No rio Içana, as etnias também atuam como se fossem clãs de diferentes línguas, mas todas da família aruaque.

No rio Xié e no curso mais alto do próprio rio Negro, os grupos indígenas não falam mais suas línguas originais, tendo adotado a língua geral, e nem guardam sua antiga organização social indígena. Das duas etnias deste subconjunto, Darcy Ribeiro ignora a existência dos barés e considera os uarequenas extintos.

Finalmente, afastados dos rios maiores, vivem os macus, que se dividem em alguns grupos regionais, cada qual falante de uma língua da família puinave, e se estendem, considerando-se somente os do território brasileiro, do Uaupés ao Japurá. Mantêm relações de troca com os do primeiro subconjunto, aos quais também prestam serviços, mas não se regem por um sistema clânico e nem têm a língua como marca de grupo exogâmico.

Observando o Quadro 4, podemos constatar que Darcy Ribeiro considerou todos



os grupos dos rios Uaupés e Tiquié e também do Içana como em contato permanente, menos os tarianas, que seriam integrados, o que é curioso, pois, dada a articulação entre esses grupos promovida pela exogamia, como poderiam estar em diferentes graus de contato perante os brancos? É também curioso que Darcy Ribeiro tenha atribuído aos tucanos *stricto sensu* o número de 500 que convencionou para aqueles de que não dispunha informação, justamente o grupo que tinha sua língua usada pelos missionários no ensino escolar e catequese.

Convém notar ainda que a população indicada pelo ISA no Quadro 4 é apenas aquela do lado brasileiro, e que alguns desse grupos têm a maior parte de seus membros no lado colombiano. Assim, na Colômbia, teríamos os seguintes números, conforme a mesma lista do ISA: bará, 296; barassana, 939; carapanã, 412; cubeu, 4.238; dessana, 2.036; macuna, 528; pirá-tapuia, 400; siriano, 665; tariana, 205; tucono, 6.330; tuiuca, 570; uanana, 1.113; baníua, 7.000; curipaco, 6.790; macu, 678. E na Venezuela: baníua, 1.192; curipaco, 2.585; baré, 1.210; uarequena, 409. Os números colombianos são quase todos do ano de 1988, enquanto os da Venezuela são de 1992.

<b>Quadro 4</b>			
<b>Alto Rio Negro</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Rios Uaupés e Tiquié</b>			
Arapaço			300
Bará [Pocanga]	perm.	50 a 100	54
Barassana			61
Carapanã			38
Cubeu	perm.	500 a 1.000	262
Dessana	perm.	100 a 250	1.464
Macuna			42
Miriti-tapuia			120
Pirá-tapuia [uaiquino]	perm.	100 a 250	900
Siriano			?
Tariana	integrado	500 a 1.000	1.595
Tucano	perm.	(500)	3.670
Tuiuca	perm.	50 a 100	530
Uanana	perm.	100 a 250	487
<b>Rio Içana</b>			
Banúia			4.000
Carutana	perm.	100 a 250	
Curipaco	perm.	100 a 250	1.100
Hohodene	perm.	500 a 1.000	
<b>Rios Xié e Negro</b>			
Baré			2.790
Uarequena	extinto	---	491
<b>Igarapés secundários</b>			
Macu	isolado	(500)	2.548
<b>Total</b>		<b>3.100 a 5.450</b>	<b>20.452</b>

O Quadro 5 refere-se aos grupos indígenas que vivem no norte do Estado do Amazonas e no noroeste do de Roraima. Hoje aí vivem os ianomâmis, cujas línguas constituem uma família, e os iecuanas (também chamados maiongong ou maquiritares), que falam uma língua da família caribe. Quando Darcy Ribeiro fez suas estimativas, o nome ianomâmi ainda não estava divulgado. Alguns dos grupos que ele arrolou são ianomâmis (guaharibo, paquidai, uaicá, xiriana, xirianá, ainda que o penúltimo Ribeiro considere aruaque). Há ainda um outro que, a julgar pelo nome (aiuatéri), poderia também ser tomado como tal. Dos barauana, iabaana e mandauaca, pouco se sabe, mas sua localização corresponde às terras ianomâmis. Quanto aos macos, eles teriam sido absorvidos pelos ianomâmis e sua língua, não classificável dentro das famílias

conhecidas, era falada por apenas três pessoas de meia idade no tempo em que Ernest Migliazza (1965, p. 4) a examinou. Dada a precariedade das informações de há quase cinquenta anos atrás (e a conseqüente atribuição arbitrária de 500 indivíduos à maioria das obscuras denominações), pouco se pode dizer sobre se houve um significativo crescimento da população desde aquela época até os dias de hoje.

Vale notar que, conforme a lista do ISA, os ianomâmis eram 15.193 e os iecuanas, 3.632 no lado venezuelano no ano de 1992.

<b>Quadro 5</b>			
<b>Serras Imeri, Parima e Pacaraima</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
Ianomâmi			11.700
Aiuatéri	isolado	(500)	
Barauana	isolado	(500)	
Guaharibo	isolado	(500)	
Iabaana	isolado	(500)	
Mandauaca	isolado	(500)	
Paquidai	isolado	(500)	
Uaicá	isolado	4.000	
Xiriana	isolado	(500)	
Xirianá	interm.	500 a 1.000	
Maco	isolado	(500)	
Iecwana [maiongong]	isolado	500 a 1.000	426
<b>Total</b>		<b>9.000 a 10.000</b>	<b>12.126</b>

No nordeste do Estado de Roraima, a floresta dá lugar a um tipo de vegetação mais aberta, que lembra o cerrado. Todos os grupos indígenas que aí vivem, arrolados no Quadro 6, falam línguas da família caribe, com exceção dos uapixanas, cujo idioma é da aruaque. Os dados no ISA, quando comparados com as estimativas de Darcy Ribeiro, mostram-nos que a população dos uapixanas se multiplicou pelo menos por quatro e a dos macuxis por oito, mas os taurepang se reduziram à metade ou menos ainda, enquanto os ingaricós se mantiveram mais ou menos estáveis. É preciso levar em conta que todos esses grupos também estão representados do outro lado da fronteira, na Guiana ou na Venezuela, e as quedas ou crescimentos muito acentuados podem ser também motivados pela migração de um para outro lado. Os patamonas, por exemplo, não considerados por Darcy Ribeiro, aparecem nos dados do ISA com 50 pessoas, o que certamente se deve a migração recente.

Conforme a lista do ISA, na Guiana, havia 4.000 ingaricós, 7.500 macuxis, 5.500

patamonas e 4.000 uapixanas no ano de 1990; na Venezuela, 728 ingaricós (sem data) e 20.607 taurepang, estes no ano de 1992.

<b>Quadro 6</b>			
<b>Campos de Roraima</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
Ingaricó	perm.	250 a 500	675
Macuxi	integr.	1.500 a 2.000	16.500
Patamona			50
Taurepang	perm.	1.000 a 1.500	532
Uapixana	integr.	1.000 a 1.500	6.500
<b>Total</b>		<b>3.750 a 5.500</b>	<b>24.257</b>

O Quadro 7 corresponde aos grupos indígenas que se distribuem do sudeste do Estado de Roraima, norte do Pará até o oeste do Amapá. Falam línguas da família caribe (aparaí, caxuiana, tirió, uaiana, uaimiri-atroari, uaiuai), com exceção de dois que estão mais para leste cujos idiomas são da família tupi-guarani (uaiampi, zoé). Alguns etnônimos arrolados por Darcy Ribeiro (maopitian, pianocotó, paricotó, salumá, siquiana) não aparecem na lista do ISA, que por sua vez nela coloca outros que não foram considerados por Ribeiro (catuena, mauaiana), mas dos quais não apresenta a população. Com exceção dos zoés, não se pode dizer que os outros grupos não citados por Darcy Ribeiro tenham vindo a ser descobertos depois de seu trabalho. Também não se pode dizer que os grupos que ele arrola mas o ISA omite tenham vindo a se extinguir. O que parece haver nessa região é a absorção de certos grupos étnicos por outros, um fenômeno não raro acentuado pelo contato com os brancos. Houve um tempo, por exemplo, em que os uaiuais, atraídos por uma missão evangélica, foram quase todos se reunir aos da mesma etnia do outro lado da fronteira, na Guiana. Hoje, os mesmos uaiuais, no Brasil, têm como que um programa de atração de outros grupos de idiomas caribes para si (Howard, 1993). Os tiriós, junto aos quais os franciscanos têm uma missão, também formam um núcleo de atração para grupos vizinhos; vale notar que, nos textos etnográficos dos meados do século XX, não raro tinham seu nome hifenado ao dos pianocotós: pianocotó-tirió. Darcy Ribeiro atribuiu população de 500 indivíduos a vários desses grupos que pouco conhecia. Os próprios uaimiris-atroaris, quando ainda isolados e admitidos como dois grupos distintos, viram-se aquinhoados por Ribeiro com 500 indivíduos para cada denominação. Por essa razão, não se pode concluir com segurança que a população deste conjunto tenha diminuído, como indica o Quadro 7.

Alguns dos grupos do Quadro 7 têm também representantes no outro lado da fronteira internacional. Segundo a lista do ISA, na Guiana Francesa, há 412 uaiampis e 800 uaianas; no Suriname, 376 tiriós; e na Guiana, 130 uaiuais. Com exceção do

número de tiriós, que é do ano de 1974, os outros são da última década do século XX.

<b>Quadro 7</b>			
<b>Serras Acaraí e Tumucumaque</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Da família caribe</b>			
Aparai	interm.	100 a 250	415
Catauian	interm.	(500)	
Catuena			?
Caxuiana	interm.	menos de 50	69
Mauaiana			?
Pianocotó	interm.	250 a 500	
Paricotó	isolado	(500)	
Salumá	interm.	(500)	
Siquiana	interm.	(500)	
Tirió	isolado	2.000 a 3.000	735
Uaiana	perm.	50 a 100	415
Uaimiri-atroari			798
Atroari	isolado	(500)	
Uaimiri	isolado	(500)	
Uaiuai	interm.	100 a 250	2.020
<b>Da família tupi-guarani</b>			
Uaiampi	extinto	---	525
Zoé			152
<b>Da família aruaque?</b>			
Maopitian (mapidian)	isolado	(500)	
<b>Total</b>		<b>6.050 a 7.650</b>	<b>5.129</b>

O Quadro 8 considera os grupos indígenas do extremo norte do Estado do Amapá. Além dos caripunas, galibis e palicures, o ISA tem em sua lista um quarto grupo, os galibis-maruornos. É bem provável que os galibis de Ribeiro sejam na verdade os galibis-maruornos, pois ele os situa no Uaçá, um rio brasileiro que desemboca no mar junto com o Oiapoque. Por outro lado, os hoje ditos simplesmente galibis migraram da Guiana Francesa para o Brasil por volta de 1950, fixando-se na margem direita do Oiapoque. Enquanto estes galibis falam uma língua caribe, os galibis-maruornos resultam da fusão de representantes de várias etnias, entre as quais galibis, aruãs, maraons, caripunas e até de não-índios, e consideram como sua língua materna um patoá do francês. Os caripunas falam a língua geral, enquanto a língua dos palicures é da família aruaque.

Conforme a lista do ISA, os galibis eram em número de 2.000 no ano de 1982, na Guiana Francesa. Mas eles também se distribuem pelo litoral do Suriname, Guiana e Venezuela e hoje tendem a ser chamados de calinhas ou carinhas.

<b>Quadro 8</b>			
<b>Oiapoque</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
Caripuna	integr.	250 a 500	1.708
Galibi	integr.	250 a 500	28
Galibi-Maruorno			1.764
Palicur	integr.	250 a 500	918
<b>Total</b>		<b>750 a 1.500</b>	<b>4.418</b>

O Quadro 9 se refere aos grupos indígenas do rio Solimões. Os índios mais numerosos deste conjunto são os ticunas, que também vivem na Colômbia e no Peru. Darcy Ribeiro, em 1957, colocou-os na faixa de 1.000 a 1.500 indivíduos. Certamente subestimou seu número, pois Curt Nimuendaju (1952, p. 9), que realizou pesquisa entre eles na primeira metade da década de 40, num cálculo que ele mesmo admitia como conservador, estimou que seriam cerca de 3.000, dos quais mais de 2.000 no Brasil, onde eram um dos grupos indígenas mais numerosos. E continuam a ser, pois hoje constituem 9,6% do total indicado no Quadro 3. Os ticunas continuam a falar sua língua, que não se classifica em nenhuma das famílias conhecidas. No Solimões, além deles somente os cocamas, que também estão representados em território peruano, continuam a falar sua língua, que é da família tupi-guarani. Já os miranhas chegaram ao Solimões vindos do Japurá e incorporam descendentes de outras etnias deste mesmo rio. Os uitotos, cujo número atual o ISA desconhece, também são oriundos do Japurá. Os cambebas são os antigos omáguas, povo muito numeroso que falava uma língua da família tupi-guarani e dominava o alto Solimões. Quanto aos maiorunas, embora o ISA reconheça a presença de 203 deles numa terra indígena próxima da cidade de Tefé, não os inclui na lista inicial do volume. Trata-se certamente de um lapso. Não acreditamos que tenham sido somados aos matsés do alto Javari, que eram também conhecidos como maiorunas, aliás um nome vagamente atribuído a outros grupos da região da fronteira Brasil-Peru, quando ainda não conhecidos mais de perto. Os maiorunas no Solimões devem ser os mesmos que viviam no baixo curso do Javari já nos inícios do século XIX, enquanto os matsés somente vieram a fazer contato com os brancos na segunda metade do século XX.

Conforme a lista do ISA, em 1988 havia na Colômbia 236 cocamas, 445 miranhas, 4.535 ticunas e 2.775 uitotos. No Peru viviam 10.705 cocamas no ano de 1993, e 4.200 ticunas e 2.775 uitotos no ano de 1988.

<b>Quadro 9</b>			
<b>Solimões</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
Caixana [caiuixana]	[extinto]	---	224
Cambeba			156
Cocama	extinto	---	622
(Maioruna)			(203)
Miranha	extinto	---	613
Ticuna	perm.	1.000 a 1.500	32.613
Uitoto	perm.	50 a 100	?
<b>Total</b>		<b>1.050 a 1.600</b>	<b>(203)+34.228</b>

O Quadro 10 abrange um conjunto de grupos indígenas que delimitamos de modo a incluir o maior número possível de grupos falantes de línguas da família pano.

Dos grupos panos a que Darcy Ribeiro se refere, mas que não aparecem na lista do ISA, pelo menos os amahuacas, capanauas e marinauas continuam presentes em território peruano. Daqueles que, pelo contrário, Darcy Ribeiro ignora, mas dos quais o ISA indica a população atual, pelo menos os corubos, matis e matsés entraram em contato com os brancos depois de 1970. A lista do ISA oferece a população de alguns dos grupos panos no Peru: 1.400 caxinauas, 1.000 matsés, 324 iauanauas, havendo 630 destes últimos na Bolívia. O mais recente dos levantamentos do I.I.I. referente à população indígena do continente indica 198 amahuacas no Peru (Matos Mar, 1993, p. 204).

Dos grupos da família lingüística aruaque, ambos têm a maior parte de sua população no Peru. Os axanincas eram anteriormente conhecidos como campas, enquanto os maxinéris, que devem ser os mesmos manitenéris, são os piros do Peru. A lista do ISA indica 55.000 axanincas no Peru, e o I.I.I. aponta 2.909 piros no mesmo país (*ib.*, p. 299).

Quanto aos canamaris, da família lingüística catuquina, que vivem no vale do Javari, nós os juntamos aos do Quadro 11, correspondente à área vizinha, onde são mais numerosos.

Vale notar ainda que o número de índios deste conjunto poderá aumentar, quando a população de grupos isolados, sobretudo entre a bacia do Javari e a do Jandiatuba, vier a ser conhecida.

<b>Quadro 10</b>			
<b>Acre e Vale do Javari</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Da família pano</b>			
Amahuaca	perm.	100 a 250	
Catuquina pano	perm.	500 a 1.000	318
Capanaua	integr.	(500)	
Caxinaua	integr.	250 a 500	3.964
Corubo			250
Culina pano	extinto	---	20
Iauanaua [iauano, iauavo]	perm.	(500)	618
Jaminaua	perm.	500 a 1.000	565
Marinaua	integr.	(500)	
Marubo	perm.	250 a 500	1.043
Matis			239
Matsés			829
Nuquini	perm.	(500)	425
Pacanaua	perm.	(500)	
Poianaua	extinto	---	403
Tuxinaua	integr.	(500)	
Xanenaua			178
Xauanaua			200
Xipinaua	integr.	(500)	
<b>Da família aruaque</b>			
Axaninca			813
Maxinéri [manitenéri]	extinto	---	459
<b>Total</b>		<b>5.100 a 6.750</b>	<b>10.324</b>

O Quadro 11 corresponde aos grupos indígenas que se localizam no centro-sul do Estado do Amazonas. O maior grupo indígena deste conjunto é o dos apurinãs, da família lingüística aruaque.

Mas a maioria dos grupos deste conjunto é falante de línguas da família arauá, que Ribeiro, conforme o consenso da época, não distinguia da aruaque. A lista do ISA indica 300 culinas no Peru.

Contam-se três grupos da família catuquina: os catuquinas propriamente ditos, os canamaris e os tsohom djapá. Darcy Ribeiro distingue dois grupos canamaris, um da família aruaque e outro da família catuquina. A este último considerou extinto, mas,



curiosamente, são os canamaris da família catuquina que continuam a existir hoje. A atual população canamari indicada pelo ISA inclui também os que se deslocaram para outras áreas, como os que vivem junto ao Javari e junto ao Japurá.

Os caxararis ficam muito afastados dos outros grupos da família pano e foram arrolados no Quadro 11.

<b>Quadro 11</b>			
<b>Jutaí, Juruá e Purus</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Da família aruaque</b>			
Apurinã	perm.	500 a 1.000	2.779
Canamari	integr.	250 a 500	
<b>Da família arauá</b>			
Banaua Iafi			215
Canamanti			162
Culina	perm.	250 a 500	2.318
Deni			672
Jamamadi	perm.	250 a 500	320
Jarauara			197
Paumari	perm.	250 a 500	720
Zuruahá			143
<b>Da família catuquina</b>			
Canamari	extinto	---	1.327
Catuquina	perm.	500 a 1.000	578
Tsohom Djapá			100
<b>Da família pano</b>			
Caxarari	extinto	---	190
<b>Total</b>		<b>2.000 a 4.000</b>	<b>9.721</b>

Os grupos do Quadro 12 se localizam no sudeste do Estado do Amazonas, sudoeste do Pará e norte de Rondônia. Predominam os grupos falantes de línguas de várias famílias do tronco tupi. Uma delas, a tupi-guarani, está representada principalmente pelos cauáibas, cujo único subgrupo com população indicada tanto por Darcy Ribeiro como pelo ISA é o dos parintintins. As outras famílias do tronco tupi são a ariquéim, a mundurucu, a maué e a juruna.

Incluímos os ipeuis na família jê, junto aos panarás, porque Darcy Ribeiro informa que ipeui era um nome dado pelos caiabis a um grupo desconhecido e isolado no rio Peixoto de Azevedo. Ora, nessa época, os panarás ainda não tinham sido atraídos

e moravam no mesmo rio. Provavelmente os ipeuis e os panarás são o mesmo grupo.

<b>Quadro 12</b>			
<b>Madeira e Tapajós</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Da família tupi-guarani</b>			
Apiacá	extinto	---	92
Cauaíba			
Amondaua			80
Boca Negra	isolado	(500)	
Caripuna	extinto	---	20
Juma			7
Paranauat	perm.	50 a 100	
Parintintin	perm.	100 a 250	156
Tenharim			585
Tucumanfed	perm.	menos de 50	
Uirafed	perm.	menos de 50	
Uru-eu-uau-uau			124
Diahói			17
<b>Da família ariquéem</b>			
Caritiana	extinto	---	360
<b>Da família mundurucu</b>			
Curuaia	extinto	---	?
Mundurucu	perm.	1.000 a 1.500	7.500
<b>Da família maué</b>			
Maué	integr.	1.000 a 1.500	7.134
<b>Da família juruna</b>			
Xipaia	extinto	---	?
<b>Da família mura</b>			
Mura	integr.	1.000 a 1.500	5.540
Pirahã			360
<b>Da família jê</b>			
Panará [creen-acarore]	isolado	(500)	202
Ipeui	isolado	(500)	
<b>Da família txapacura</b>			
Torá	extinto	---	51
Urupá [urupain]	perm.	100 a 250	?
<b>Da família caribe</b>			
Arara	extinto	---	195
<b>Total</b>		<b>4.850 a 6.700</b>	<b>22.423</b>

O Quadro 13 refere-se àquelas etnias presentes no Estado de Rondônia, nos rios que correm para o Guaporé, que faz a fronteira do Brasil com a Bolívia. O grupo mais numeroso é o dos pacaás novos, que, tal como os kujubins, falam língua da família txapacura. As demais etnias deste conjunto são de famílias lingüísticas incluídas no tronco tupi ou de línguas não classificadas.

<b>Quadro 13</b>			
<b>Vale do Guaporé</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
Acúntsu			7
Aicaná			175
Canoê			84
Columbiara			?
Paumelenho			?
Puruborá	interm.	50 a 100	
Quazá			25
<b>Da família tupari</b>			
Ajuru			38
Macurap	extinto	---	129
Saquirap (mequém)			55
Tupari	perm.	menos de 50	204
<b>Da família jabuti</b>			
Aricapu	perm.	50 a 100	2
Jabuti	extinto	---	67
<b>Da família mondé</b>			
Aruá	extinto	---	6
<b>Da família txapacura</b>			
Cujubim			14
Pacaás Novos	isolado	500 a 1.000	2.050
<b>Total</b>		<b>650 a 1.250</b>	<b>2.856</b>

O Quadro 14 inclui os grupos que vivem quase todos a oeste do alto curso do rio Aripuanã, afluente do Madeira, na fronteira entre os Estados de Mato Grosso e Rondônia. Seus idiomas são da família mondé, com exceção, da língua dos caros, que é da família ramarrama, e da não classificada dos araras do Beiradão. As famílias mondé e ramarrama se incluem no tronco tupi. A observação do quadro nos mostra que em 1957 nenhum dos grupos desta área era conhecido.

<b>Quadro 14</b>			
<b>Aripuanã</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
Arara do Beiradão			150
Caro			184
<b>Da família mondé</b>			
Cinta Larga			643
Digut			436
Paiter			586
Zoró			400
<b>Total</b>			<b>1.499</b>

O Quadro 15 reúne as etnias que se distribuem desde o médio Xingu até o Pindaré, no Maranhão. São todos da família tupi-guarani. As duas exceções são constituídas de poucos indivíduos timbiras (da família jê) que já não constituem grupos autônomos.

<b>Quadro 15</b>			
<b>Amazônia Oriental</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Da família tupi-guarani</b>			
Amanaié	integr.	menos de 50	190
Anambé			132
Araueté			278
Assurini do Tocantins	isolado	250 a 500	338
Assurini do Xingu			91
Caapor	interm.	500 a 1.000	800
Guajá	isolado	100 a 250	280
Paracanã	isolado	250 a 500	746
Suruí [mudjetire]	isolado	50 a 100	185
<b>Tenetehara</b>			
Guajajara	integr.	1.000 a 1.500	11.450
Tembé	integr.	100 a 250	820
Turiuara	extinto	---	60
<b>Timbiras</b>			
Creniê	extinto	---	?
Cucoicateiê			?
<b>Total</b>		<b>2.300 a 4.150</b>	<b>15.370</b>

O Quadro 16 reúne grupos bastante heterogêneos, seja quanto à classificação lingüística, seja quanto ao tempo em que estão em contato com os brancos. Enauenê nauê, menqui, ricbactsa, são grupos de cuja existência não se sabia no tempo em que Darcy Ribeiro fez sua estimativa. Os chiquitanos, por outro lado, que na Bolívia se distribuem ao longo da margem setentrional da ferrovia que liga Corumbá a Santa Cruz de la Sierra em número de 40.000 (Matos Mar, 1993, p. 168), só recentemente têm migrado para o lado brasileiro. Nambiquara, pareci, umutina, são conhecidos há mais tempo. Cabixi é um termo vago, que pode referir-se a um ramo dos nambiquaras ou dos parecis.

<b>Quadro 16</b>			
<b>Alto Juruena</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
Cabixi	isolado	(500)	
Chiquitano			?
Enauenê nauê			320
Iranxe	perm.	100 a 250	217
Menqui			78
Nambiquara	interm.	500 a 1.000	998
Pareci	integr.	250 a 500	1.293
Ricbatsa			1.025
Umutina	integr.	100 a 250	124
<b>Total</b>		<b>1.450 a 2.500</b>	<b>4.055</b>

O Quadro 17 se refere aos índios do alto Xingu. Está dividido em duas partes. Uma delas inclui aqueles grupos que, apesar de falarem línguas de diferentes famílias, mantêm um fundo cultural comum: os auetis e camaiurás (tupi); os bacairis, calapalos, cuiruros, matipus, nahuquás (caribe); os iaualapitis, mehinacos, uaurás (aruaque); e os trumais (língua não classificada). Convém notar que a presença dos bacairis neste Quadro se justifica por motivos históricos: parte deles vivia nos formadores do Xingu quando o etnólogo Karl von den Steinen primeiro chegou à região em 1884. Posteriormente foram juntar-se aos demais da mesma etnia nos formadores do Tapajós. Quanto aos agavotucung, o primeiro nome a figurar na lista de Darcy Ribeiro, seriam índios então sem contato, parecidos com os iaualapitis, vivendo entre o Curisevo e o Culuene; mas, ao que parece, nunca foram encontrados.

A parte inferior do Quadro inclui aqueles que se aproximaram do Xingu depois dos primeiros e não pautam sua vida segundo os mesmos padrões culturais os caiabis e jurunas (tupi); os txicãos (caribe); os suiás e tapaiunas (jê). Os suiás já estavam no

Xingu no tempo da chegada de Steinen; os tapaiunas, que são um ramo deles há muito separado, foram levados para o Xingu pelos sertanistas já no século XX, e hoje estão ainda mais para o norte, numa área indígena contígua ao Parque do Xingu, junto aos mentuctires, um ramo dos caiapós.

<b>Quadro 17</b>			
<b>Alto Xingu</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Propriamente ditos</b>			
Agavotucueng	isolado	(500)	
Aueti	interm.	menos de 50	106
Bacairi	integr.	100 a 250	950
Calapalo	interm.	100 a 250	362
Camaiurá	interm.	100 a 250	316
Cuicuro	interm.	100 a 250	394
Iualapiti	interm.	menos de 50	208
Matipu	interm.	menos de 50	98
Mehinaco	interm.	50 a 100	183
Nahuquá	interm.	50 a 100	92
Trumai	interm.	menos de 50	92
Uaurá	interm.	100 a 250	270
<b>Outros</b>			
Caiabi	interm.	250 a 500	1.000
Juruna	perm.	50 a 100	201
Suiá	isolado	(500)	273
Tapaiuna	isolado	(500)	58
Txicão	isolado	(500)	281
<b>Total</b>		<b>3.100 a 4.250</b>	<b>4.884</b>

O Quadro 18 se refere aos grupos indígenas do tronco macro-jê que vivem no cerrado e no sudoeste da Amazônia. Compreende os jês do norte (timbiras e caiapós), os jês centrais (acuens), os bororos e os três ramos dos carajás. Fora do tronco macro-jê há somente dois grupos da família tupi-guarani. Os tapuios poderiam ser incluídos entre os acuens, se descendessem somente de xavantes, mas o são também de carajás, e quiçá de representantes de outros grupos étnicos reunidos no século XVIII no aldeamento governamental Pedro III ou do Carretão. Note-se que, enquanto Darcy Ribeiro calculou uma faixa demográfica para cada ramo dos caiapós, o ISA dá simplesmente o total de todos eles.

<b>Quadro 18</b>			
<b>Planalto Central</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Timbira</b>			
Apaniecrá	extinto	---	458
Apinajé	integr.	100 a 250	990
Craô	perm.	500 a 1.000	1.790
Crincati	extinto	---	620
Gavião	isolado	1.500 a 2.000	338
Pucobiê			250
Ramcocamecrá	perm.	250 a 500	1.387
<b>Caiapó</b>			<b>6.306</b>
Cubencranquen	interm.	250 a 500	
Cubencranotire	isolado	100 a 250	
Diore	isolado	500 a 1.000	
Gorotire	perm.	100 a 250	
Mentuctire	isolado	500 a 1.000	
Xicrin	interm.	250 a 500	
<b>Acuen</b>			
Xavante	interm.	2.000 a 3.000	9.602
Xerente	integr.	250 a 500	1.814
<b>Tapuio</b>			<b>235</b>
Bororo	perm.	500 a 1.000	1.024
<b>Carajá</b>			
Carajá	perm.	500 a 1.000	1.804
Javaé	interm.	250 a 500	919
Xambioá			185
<b>Da família tupi-guarani</b>			
Avá-canoeiro	isolado	(500)	16
Tapirapé	perm.	menos de 50	438
<b>Total</b>		<b>8.100 a 13.800</b>	<b>28.176</b>

O Quadro 19 refere-se aos índios de vários Estados, desde o Ceará até o norte da Bahia, e nos mostra que o ISA oferece a população de um número bem maior de grupos indígenas do que Darcy Ribeiro. Isso se deve a todo um movimento de recuperação da identidade indígena por populações que a haviam deixado de lado por força das pressões do contato com os brancos. O ponto de interrogação junto ao número dos cambiuás consta do volume do ISA.



<b>Quadro 19</b>			
<b>Nordeste</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>Bacia do São Francisco e vizinhanças</b>			
Aticum [Uamué]	integr.	1.000 a 1.500	2.743
Caimbé			634
Cambiuá			(?) 1.578
Cantaruré			244
Capinauá			422
Carapotó			796
Cariri			?
Cariri-xocó			1.500
Fulniô	integr.	1.000 a 1.500	2.930
Jiripancó			1.500
Pacarará	integr.	100 a 250	
Pancararé			1.027
Pancararu	integr.	1.500 a 2.000	4.146
Pancaru			84
Quiriri			1.346
Tingui-botó			288
Trucá			1.333
Tuxá	integr.	100 a 250	1.630
Uassu			1.447
Xocó	integr.	100 a 250	250
Xucuru	integr.	1.000 a 1.500	6.363
Xucuru-cariri			1.820
Uaconá	integr.	500 a 1.000	
<b>Litorâneos</b>			
Paiacu			220
Pitaguari			871
Potiguara	integr.	500 a 1.000	7.575
Tapeba			2.491
Tremembé			1.511
<b>Total</b>		<b>5.800 a 9.250</b>	<b>44.749</b>

No Quadro 20, vemos que, no leste do Brasil, se Darcy Ribeiro apenas atribui população aos maxacalis, vários outros grupos são reconhecidos como existentes hoje em dia. Há nesta região um fenômeno de recuperação da identidade indígena, tal como

no Nordeste.

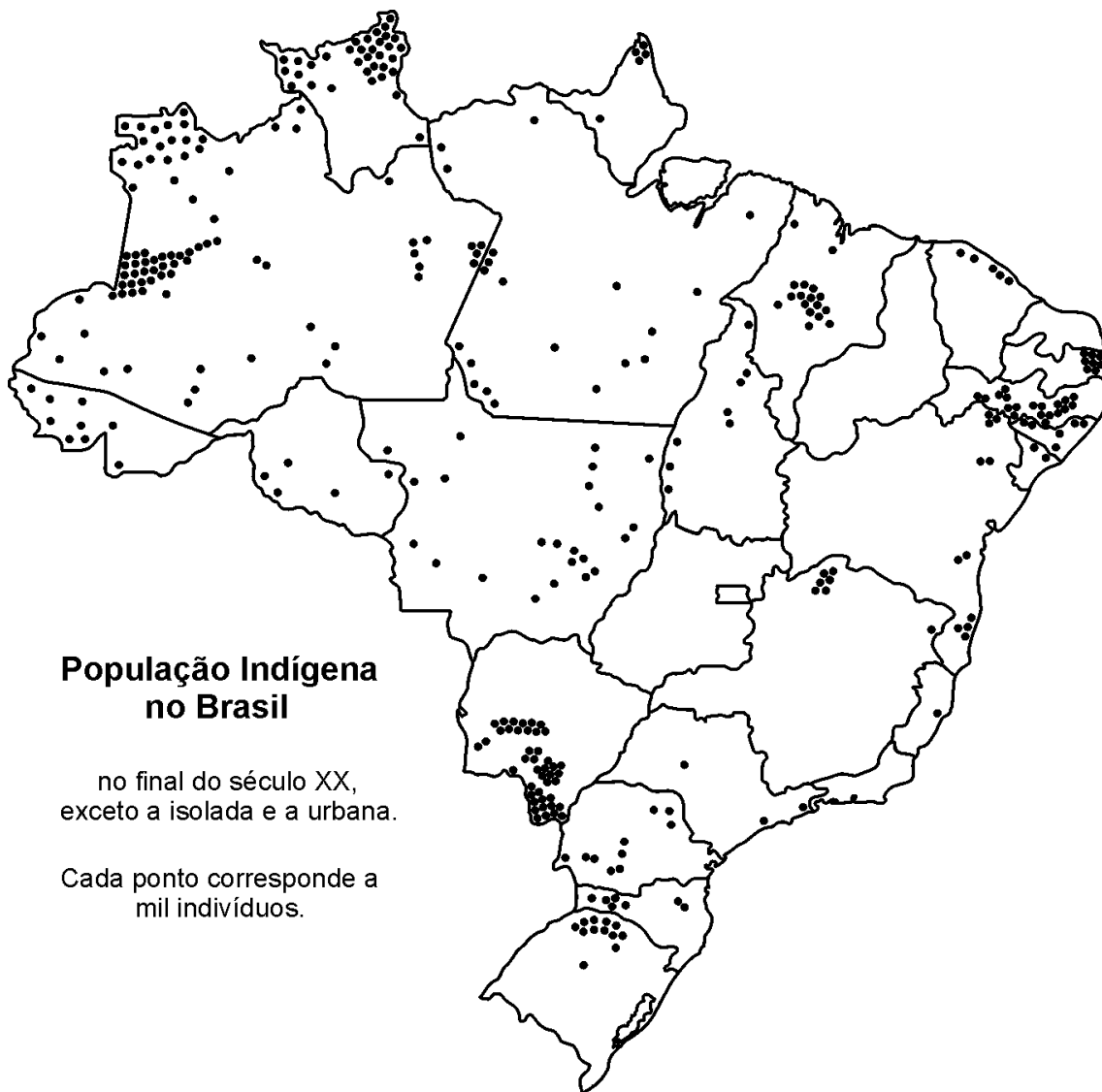
<b>Quadro 20</b>			
<b>Leste</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
Caxixó			?
Crenac			150
Gueren	extinto	---	
Maxacali	perm.	100 a 250	802
Pataxó			4.151
Pataxó hãhãhãe	extinto	---	2.050
Tupiniquim			1.386
Xacriabá			5.093
<b>Total</b>		<b>100 a 250</b>	<b>13.632</b>

O Quadro 21 corresponde a um conjunto delimitado de tal modo a abranger a maior parte dos guaranis. Abrange os índios dos Estados de Matogrosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O número de 35.000 guaranis no Brasil inclui também os do Espírito Santo. Além da fronteira internacional, os guaranis são 25.000 no Paraguai no ano de 1995, conforme a lista do ISA. Entretanto, o levantamento do I.I.I. indica, para o ano de 1993, 31.264 guaranis no Paraguai e 3.200 na Argentina (Matos Mar, 1993, pp. 166 e 227). Vale notar que esses números não incluem os paraguaios que falam guarani, mas não se consideram índios. Os chamados cambas são oriundos da Bolívia, onde certamente são conhecidos por outro nome. No Brasil estão nas vizinhanças de Corumbá e é possível que sejam relacionados aos chiquitanos. A língua dos xamacocos, auto-denominados ixir, é da família lingüística zamuco; no Brasil eles vivem junto aos cadiuéus, de quem foram cativos no passado; segundo o ISA, eles eram 908 no Paraguai em 1992, o que diverge bastante da informação do I.I.I., que indica 9.720 no ano de 1993 (Matos Mar, 1993, p. 227).

<b>Quadro 21 Meridional</b>			
<b>Etnias</b>	<b>Darcy Ribeiro, 1957</b>		<b>ISA, 2000</b>
	<b>Contato</b>	<b>Classes de grandeza</b>	<b>População</b>
<b>De origem chaquenha</b>			
Cadiuéu	perm.	100 a 250	1.592
Terena	integr.	3.000 a 4.000	15.795
Xamacoco			40
<b>Pantanal</b>			
Guató	extinto	---	372
<b>Do tronco macro-jê</b>			
Caingang	integr.	3.000 a 4.000	25.000
Xocleng	integr.	100 a 250	757
Ofaié	extinto	---	56
<b>Da família tupi-guarani</b>			
Guarani	integr.	3.000 a 4.000	35.000
Xetá	interm.	100 a 250	8
<b>Outros</b>			
Camba			?
<b>Total</b>		<b>9.300 a 12.750</b>	<b>78.620</b>

### **Um mapa da população indígena**

Podemos fazer uma tentativa de visualizar num mapa a distribuição da população indígena. Como fonte temos o mesmo volume do ISA que vimos utilizando até aqui, mas agora, ao invés da lista das páginas iniciais, vamos nos valer da população indicada para as terras indígenas arroladas ao longo do volume, pois uma vez que essas terras têm localização geográfica conhecida, favorecem a transposição de sua população para o mapa. É verdade que a população de várias dessas terras é desconhecida, tal como a dos grupos indígenas que se mantêm sem contato. Também é verdade que se desconhece a população indígena radicada nas cidades. Além dessas dificuldades, a escolha de representar cada milhar de habitantes indígenas por um ponto, ao invés de uma grade mais fina, por ser mais cômodo, torna a distribuição no mapa bastante grosseira. De qualquer modo, o mapa vale como instrumento para apontar aquelas áreas onde a população indígena mais se adensa.



### Índios nas cidades

Parece não haver estimativas recentes sobre a população indígena nas cidades, embora ela deva ser considerável. Quanto à população indígena urbana, é possível distinguir algumas situações.

Uma delas é das cidades que nasceram e cresceram dentro de terras indígenas, sendo o caso mais conhecido o de Águas Belas, dentro da terra dos fulniôs, em Pernambuco. O mesmo acontece com Baía da Traição, na terra dos potiguaras, na Paraíba. Ou ainda Jarudore, numa terra bororo, em Mato Grosso. Nos dois primeiros desses exemplos, os índios vivem próximo ou mesmo dentro da cidade. É bem provável

que o número de fulniôs indicado no Quadro 19 inclua os que moram na cidade, onde têm diferentes empregos. Quanto a Jarudore, parece estar numa terra indígena onde os bororos estão ausentes, expulsos pelos brancos (ISA, 2000, p. 691).

Situação semelhante é a de indígenas que têm sua terra indígena encostada em cidade. É o caso dos carajás que vivem junto à cidade goiana de Aruanã, no alto Araguaia. Ou dos ticunas que vivem junto ao aeroporto de Tabatinga ou ao lado da cidade de Benjamin Constant, no Estado do Amazonas. Em casos como esses a os índios freqüentam a cidade próxima, e nela alguns podem até ter suas moradias. Recentemente, uma tese de doutorado, de Maria Helena Barata (1999), aborda a freqüência à cidade maranhense de Amarante pelos índios pucobiês e guajajaras.

Há ainda centros regionais, para onde convergem índios de toda uma área, como São Gabriel da Cachoeira, que tem cerca de 10.000 indígenas do alto e médio rio Negro, no Estado do Amazonas, ou Canarana, em Mato Grosso, onde moram 45 índios do Parque do Xingu, conforme o volume do ISA (2000, pp. 243 e 629).

Há também os centros multi-regionais, como as capitais de estados de grande extensão e com população indígena expressiva, como Manaus, Belém ou Cuiabá.

Finalmente, há pelo menos um grande centro metropolitano, São Paulo, para onde migram índios de diferentes regiões do Brasil, incluídos no fluxo mais geral das migrações dos brancos. Há, por exemplo, muitos índios do Nordeste em São Paulo. Veja-se o caso dos pancararus que mantêm um fluxo de idas e retornos entre a favela de Real Parque, no bairro do Morumbi, em São Paulo, e sua aldeia em Pernambuco (Arruti, 1999, pp. 267-9).

A presença de índios em cidades não é de hoje. Talvez o primeiro antropólogo a debruçar-se sobre o tema foi Roberto Cardoso de Oliveira, que, no livro *Urbanização e Tribalismo*, baseado numa pesquisa que fez, acompanhado de seus alunos, sobre os terenas que viviam em 1960 nas cidades de Aquidauana e Campo Grande, antes do desmembramento do Estado de Mato Grosso. Dados de pesquisadores posteriores mostram que o número de terenas cresceu desde então nas duas cidades. O Quadro 22, tomado da dissertação de mestrado de Yara Penteado (1980, p. 20), *A Condição Urbana*, dá uma idéia desse crescimento. Algumas ressalvas têm de ser feitas ao Quadro. O primeiro pesquisador somente computou os terenas que viviam em grupos familiares e não indivíduos dispersos. Já Yara Penteado, a fim de manter o caráter comparativo do quadro, desconsiderou o desmembramento do município de Anastácio, que destacou-se de Aquidauana em 1965. Vale considerar que os terenas urbanos não se resumem aos das referidas cidades.

<b>Quadro 22</b>			
<b>População urbana dos terenas</b>			
	<b>1960</b>	<b>1973</b>	<b>1978</b>
<b>Aquidauana</b>	330	383	915
<b>Campo Grande</b>	88	88	332

Na mesma dissertação Yara Penteado também aborda os cambas, população boliviana de origem indígena que morava em dois bairros de Corumbá, sendo 350 famílias num deles e 23 no outro (*ib.*, pp. 65-6).

O mesmo Roberto Cardoso de Oliveira continuou a estimular o estudo de moradores indígenas nos núcleos urbanos, de modo que um projeto seu produziu três dissertações de mestrado na Universidade de Brasília sobre índios migrados para a cidade no Estado do Amazonas. Assim, a dissertação *A Descida do Rio Purus*, de Marco Lazarin (1981, p. 37), indica a presença de 111 apurinãs em Manacapuru em 1981. Conforme a dissertação *Índios Proletários em Manaus*, de Jorge Romano (1981, p. 99), havia no mesmo ano 88 maués nesta cidade, e mais 39 já nela nascidos de quem pelo menos um dos pais era maué. Já Leonardo Figoli (1982, pp. 45-6), conforme sua dissertação *Identidad Étnica y Regional*, encontrou na mesma época em Manaus 209 indígenas do alto rio Negro. Vale notar que nenhum desses pesquisadores localizou na cidade todos os indivíduos que representavam as etnias em que estavam interessados.

## **O grande despovoamento**

Até aqui viemos batendo na tecla do atual crescimento da população indígena. Por que razão? O motivo é contrabalançar a idéia até recentemente repetida de que os índios estão fadados ao desaparecimento. Não é uma idéia gratuita, ela tem sua razão de ser. De fato, desde os primeiros anos da colonização os grupos indígenas que sucessivamente foram entrando em contato com os conquistadores europeus viram sua população severamente reduzida, quando não aniquilada. Vários foram os motivos: os combates em que foram envolvidos na disputa do território entre portugueses e franceses, holandeses, ingleses, o seu apresamento para o trabalho escravo e sobretudo a introdução no continente de moléstias provenientes do Velho Mundo, que pouco afetavam os europeus, mas eram mortíferas para os indígenas. A reunião dos índios em agrupamentos maiores que suas aldeias tradicionais, seja nos engenhos, seja nos aldeamentos missionários, facilitava o contágio dessas moléstias.

Não vamos aqui descer aos detalhes desse despovoamento. Houve autores que o fizeram muito bem como Alexander Marchant, em *Do Escambo à Escravidão*, com respeito aos século XVI, ou John Hemming, em *Red Gold*, do descobrimento até a expulsão dos jesuítas. Como, entretanto, o contato com os índios não se fez em todo o território brasileiro simultaneamente, mas gradativamente, ao longo dos cinco últimos

séculos, ainda hoje ocorre com grupos indígenas recém-contatados a trágica dizimação pelas moléstias contagiosas.

Desde o momento em que os portugueses acrescentaram ao interesse pelo pau-brasil — que propiciava a troca amistosa de toras dessa madeira por instrumentos de metal — a plantação de cana e os engenhos de açúcar, teve início a transformação dos índios em escravos e os conseqüentes choques armados. No século XVI esses combates ocorreram desde o litoral de Pernambuco até o de São Paulo. Tupinambás e caetés, aliados dos franceses foram derrotados, dizimados e escravizados. Depois, os próprios tupiniquins, do planalto de São Paulo, aliados dos portugueses, ao se rebelarem, sofreram a mesma sorte.

Depois, nos últimos decênios do século XVII e primeiros do século XVIII, mais ou menos no tempo em que reis espanhóis governaram Portugal, o litoral do Nordeste foi conquistado, envolvendo entre outros os potiguaras. Na mesma época, no sul, os paulistas armavam expedições contra os guaranis fossem os do litoral, fossem os do planalto, esses em missões jesuíticas espanholas.

A partir de 1615 inicia-se a conquista da Amazônia, com a expulsão dos franceses do Golfão Maranhense e conseqüente destruição e escravização dos tupinambás e caetés que para aí haviam fugido a partir do Leste e Nordeste. A Amazônia assiste à mesma disputa entre colonos e missionários que se iniciara mais cedo no litoral nordestino, oriental e sulino do Brasil, por índios deslocados, seja para os engenhos de açúcar, seja para os aldeamentos catequéticos.

Na segunda metade do século XVII chega a vez da destruição dos índios do interior do Nordeste, com auxílio dos bandeirantes paulistas. Ao mesmo tempo, escravizadores súditos de Portugal entram em choque com missionários espanhóis, disputando o alto Amazonas ou Solimões. Minas, Goiás e Mato Grosso são percorridos por escravizadores paulistas, até que, na passagem para o século seguinte, a descoberta do ouro muda os objetivos de suas expedições.

Apesar de a legislação colonial, na segunda metade do século XVIII, ter tentado equiparar os indígenas a cidadãos portugueses e ter abolido sua escravidão incondicionalmente, é dessa data a guerra contra os guaranis do interior do Rio Grande do Sul, movida tanto por portugueses como castelhanos, pois os índios não aceitavam a troca da área onde haviam se desenvolvido as missões jesuíticas pela colônia do Sacramento.

Cartas régias do início do século XIX permitem a guerra aos índios e sua escravização nos rios Araguaia, Tocantins e Doce. Movem-se expedições contra os carajás de Goiás, os timbiras do Maranhão e os então ditos botocudos da fronteira de Minas Gerais com o Espírito Santo. Se após a independência o governo brasileiro não moveu guerra aos índios, por outro lado omitiu-se diante das ações particulares que contra eles se moviam. Na segunda metade do século, a nova Lei de Terras deu oportunidade às províncias do Nordeste a considerarem as antigas terras indígenas

reconhecidas desde o tempo da colônia como terras devolutas. Na Amazônia, a escravização de índios continuava, sobretudo no rio Japurá. E iniciava-se a exploração da borracha, que estimulou a penetração em áreas até então intocadas pelos brancos. Os cursos médio e superior dos rios Purus, Juruá, Jutai, Jandiatuba, Javari, no sudoeste da Amazônia, são conquistados nessa época e boa parte dos habitantes indígenas que não foram aniquilados, foram incorporados nas atividades dos seringais.

Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios. Este e, depois, o órgão que o sucedeu em 1967, a Fundação Nacional do Índio, realizaram ao longo do século XX os trabalhos de atração de grupos indígenas isolados, reconhecimento e demarcação de terras, assistência. Em quase todos os casos em que novos grupos indígenas eram contatados, ocorria uma grande queda de sua população por moléstias contagiosas.

Em 1957, quando Darcy Ribeiro publicou sua estimativa, havia grupos indígenas que definham, outros quase que completamente sem informação, embora uns poucos dessem mostras de recuperação. Desse modo, seus cálculos geraram uma expectativa um tanto pessimista quanto ao futuro da população indígena. Com o aumento do número de pesquisadores e de organizações interessadas nos indígenas, e com o crescimento da rede de estradas e comunicações, tanto o conhecimento como o atendimento aos grupos indígenas se intensificou, o que se traduziu em números que mostravam uma recuperação da população.

### **Quantos eram os índios quando os europeus chegaram?**

Se é difícil estimar a população indígena atual, imagine-se como será calcular a da época em que os europeus começaram a chegar. É uma questão de adivinhação. Mas é possível, até certo ponto, controlar os palpites. Vários pesquisadores tentaram fazer essa estimativa, mas vamos aqui nos referir apenas a três deles, que têm algo em comum nos seus procedimentos: dividir a área geográfica cuja população querem estimar em parcelas menores; fazer as estimativas para cada parcela e depois somá-las.

O primeiro a assim proceder foi Julian Steward, organizador e coordenador do famoso *Handbook of South American Indians*, constituído de sete volumes publicados na segunda metade dos anos 40 e inícios da década seguinte. Num capítulo dessa obra, levando em conta os recursos naturais de cada área, a tecnologia que sociedades indígenas que a ocupavam detinham para explorá-los e as informações sobre o número de habitantes oferecidas pelos cronistas que primeiro as tinham visitado, Steward calculou a densidade demográfica de cada uma delas. Dá uma idéia de seu método num mapa (Steward, 1949, p. 659) e numa tabela (*ib.*, pp. 661-4). Noutra tabela do mesmo texto, ele estima para o Brasil do ano de 1500 uma população de 1.100.000 indígenas (*ib.*, p. 666).

Uns dez anos depois, Julian Steward publicou um livro em co-autoria com Louis Faron, *Native Peoples of South America*, quando aumentou um pouco a densidade de



algumas áreas, de modo que, se no livro anterior estimava em 9.120.000 o número de habitantes indígenas da América do Sul, Central e Antilhas no início do século XVI (*ib.*, p. 666), neste o total subia para 10.190.235, conforme a tabela que acompanha o mapa das densidades demográficas (Steward e Faron, 1959, pp. 52-3). Tanto no mapa quanto na tabela é difícil separar o Brasil do restante do continente. Na tabela o Brasil é compreendido por dois itens: florestas tropicais, com 2.188.970 habitantes, e Brasil Oriental, com 387.440 habitantes. Como as florestas tropicais também se estendem fora do Brasil, a população deste não é simplesmente a soma daqueles dois números. Se a alteração da estimativa de 9.120.000 para 10.190.235 resultasse de uma correção igualmente proporcional para todas as áreas, a população indígena do Brasil seria de 1.229.085. Mas talvez a supere, pois a densidade da várzea amazônica, que fica em sua maior parte no Brasil, foi o número que sofreu mais sensível acréscimo.

Em 1976, William Denevan republicou, com alterações, um artigo seu, “The Aboriginal Population of Amazonia”, usando praticamente o mesmo método de Steward, mas ajustando as densidades demográficas de algumas áreas. Vale dizer que a “Grande Amazônia” de Denevan é *sui generis*, abrangendo quase todas as terras não-andinas sul-americanas até o trópico de Capricórnio, inclusive cerrado e caatinga. Por conseguinte boa parte do Brasil está nos seus cálculos. Com exceção da terra firme amazônica, Denevan majorou todas as densidades de Steward, sobretudo, no que tange a formações vegetais que interessam ao Brasil, a várzea amazônica, que saltou de 0,39-0,77 para 14,6 habitantes por km<sup>2</sup>, e a faixa litorânea da mata atlântica, que passou de 0,77 para 9,5 habitantes por km<sup>2</sup>. Os resultados de Denevan estão no Quadro 23, dos quais excluimos a parte externa ao território brasileiro. Para isso descartamos a superfície que ele atribui à floresta amazônica, que é o item de sua tabela final (Denevan, 1976, p. 230) que ultrapassa os limites do Brasil, e consideramos a superfície que lhe é reconhecido por um mapa das formações vegetais de nosso país na revista *Ciência Hoje* (Salomão, 2001, p. 33), tomando 2% para a várzea e os restantes 98% para a terra firme, na mesma proporção de Denevan (1976, p. 231, notas e e f). Aplicando a esses números as densidades demográficas propostas por Denevan, chegamos às populações absolutas dessas áreas. É certo que 21% do território brasileiro ficaram fora de seus cálculos, como a parte mais meridional da mata atlântica, a mata da araucária, os pampas, a parte meridional do cerrado. Entretanto, como Denevan, atendendo a uma crítica feita a seu trabalho, a de ter ignorado os espaços livres geralmente deixados entre as sociedades indígenas, reduziu o total de seus cálculos de 25%, conforme o adendo que finaliza seu texto (*ib.*, pp. 233-4), é bem possível que o total mostrado no Quadro 23 esteja próximo do total para o Brasil inteiro de acordo com seus critérios. Em suma, o total dos indígenas brasileiros em 1500 seria para Denevan cerca do triplo do que foi calculado por Steward e Faron.

<b>Quadro 23</b>			
<b>População indígena pré-cabralina, adaptado de Denevan</b>			
	<b>km<sup>2</sup></b>	<b>densidade</b>	<b>habitantes</b>
Várzea amazônica	80.012	14,6	1.168.175
Terra firme amazônica	3.920.611	0,2	784.122
Litoral (do norte até RJ)	105.000	9,5	997.500
Interior do Nordeste	477.500	0,5	238.750
Cerrado	2.178.000	0,5	1.089.000
<b>Total parcial</b>	<b>6.761.123</b>		<b>4.277.547</b>
Falta calcular	1.786.280		
<b>Superfície total do Brasil</b>	<b>8.547.403</b>		

No apêndice de seu livro *Red Gold*, John Hemming (1978, pp. 487-501) também apresenta uma estimativa do número de indígenas que teria o Brasil na época da chegada dos europeus. Ele não parece levar em conta a relação entre os recursos oferecidos pelo meio ambiente e a tecnologia dos grupos indígenas para explorá-los. Usa em seus cálculos os vários textos antigos que consultou para escrever seu livro, que trata do contato com os índios no período colonial até a expulsão dos jesuítas. Considera que, se, por um lado, houve realmente um grande despovoamento devido às moléstias introduzidas no continente, por outro havia em muitos grupos indígenas procedimentos para limitar a população. Argumenta que certas cabeceiras de rios que hoje se encontram povoadas de indígenas, que para aí teriam se deslocado devido à pressão do avanço dos conquistadores, talvez nem fossem povoadas em 1500. E também leva em conta, entre outras considerações, que os grupos indígenas que até recentemente estiveram isolados dos brancos e sem vestígios de terem sido afetados por estes teriam, há quinhentos anos atrás, a mesma população com que foram encontrados. O Quadro 24, mostra as parcelas em que Hemming dividiu o território brasileiro para fazer seus cálculos. Seu resultado é quase que uma média aritmética entre a estimativa de Steward e Faron, de um lado, e a de Denevan, de outro.

<b>Quadro 24</b>			
<b>População indígena pré-cabralina, conforme Hemming</b>			
<b>Região</b>	<b>População</b>	<b>Região</b>	<b>População</b>
Rio Grande do Sul	95.000	Xingu, Iriri	66.000
Santa Catarina e Paraná	152.000	Bacia do Tapajós	86.000
Estado de São Paulo	146.000	MT central, vale do Guaporé	71.000
Mato Grosso do Sul	118.000	Bacia do Madeira	78.000
Guanabara, Rio de Janeiro	97.000	Amazonas, abaixo do Negro	60.000
Espírito Santo, Ilhéus	97.000	Amapá	49.000
Minas Gerais	91.000	Norte do Pará	55.000
Bahia	149.000	Rio Negro	98.000
Vale do São Francisco	100.000	Rio Branco	33.000
Litoral do Nordeste	208.000	Içana, Uaupés	19.000
Interior do Nordeste	85.000	Içá, Japurá	19.000
Maranhão	109.000	Solimões	47.000
Rio Pará, Marajó	87.000	Purus, Acre	30.000
Tocantins, Araguaia	101.000	Juruá, Jandiatuba, Ituí, Javari	22.000
		<b>Total do Brasil</b>	<b>2.431.000</b>

Diante das dificuldades de se chegar a uma estimativa satisfatória da população indígena dos dias de hoje, pode-se imaginar quão longe da realidade podem estar os resultados dessas tentativas de fazê-lo para cinco séculos atrás. Ao considerá-las deve-se estar atento às recomendações de John Monteiro (1994, p. 17), que alerta para a inadequação de cálculos que tomam como presentes em certas regiões em 1500 povos indígenas que para elas se deslocaram ou nelas se constituíram já em pleno período colonial ou transferem densidades demográficas da atualidade para os tempo da chegada dos europeus.

### **De que serve conhecer a demografia indígena?**

Tudo o que apresentamos aqui é demasiado simples. Meros totais de indígenas por grupo étnico, por região ou de todo o Brasil. Nada dissemos da distribuição por sexo ou por idade. Nenhuma referência a taxas de natalidade ou mortalidade. Uma demografia indígena digna deste nome deveria estar atenta para esses detalhes. Não queremos dizer que isso não exista, mas talvez somente tenha sido elaborado para alguns casos. O texto pioneiro “Convívio e contaminação”, de Darcy Ribeiro (1956), continua como um exemplo isolado. É verdade que os chefes de postos indígenas, os responsáveis pelo atendimento médico, fazem seus levantamentos. Mas os números assim obtidos não têm sido reunidos num único banco e passado por uma elaboração.

Sem dúvida, questões relativas à demografia tangenciam vários tópicos da etnografia, a começar pela indagação de se a limitação da população por certas sociedades indígenas constitui o resultado não procurado de atos conduzidos por outros

motivos ou se também decorre de uma busca consciente de um equilíbrio demográfico. Os craôs do Tocantins, por exemplo, apesar de lamentarem a decisão do personagem mítico Lua de instituir a morte em caráter permanente, ao invés de temporário como queria o Sol, ponderam, por outro lado, que, se os seres humanos não morressem, a população aumentaria tanto que seu peso faria se quebrar a crosta que separa este mundo do subterrâneo.

A relação entre demografia e organização social se impõe na discussão do casamento timbira, em que a distância de parentesco entre os cônjuges estaria relacionada ao tamanho da população (Ladeira, 1982), ou o recurso dos suruís a arranjos poliândricos quando o número de homens e o de mulheres tornou-se dramaticamente desequilibrado (Laraia, 1963).

O costume tapirapé, há muito abandonado, de não aceitar mais de três filhos (Cardoso de Oliveira, 1959); o uso de uma sumarubácea como anticoncepcional ou abortivo pelas mulheres caiapós (Bamberger, 1963); o infanticídio praticado pelos bororos motivado por sonhos de mau augúrio antes do parto (Crocker, 1985, pp. 53-4), a antiga preferência pela adoção de crianças de outros povos contrabalançando o infanticídio dos próprios filhos cadiués (Lévi-Strauss, 1957, p. 190) são uma série de questões que poderiam ser discutidas com apoio da demografia.

Nas relações entre índios e brancos problemas interessantes como a população rural dos municípios do alto Solimões constituída por um significativo número de ticunas capazes de definir uma eleição (Oliveira Filho, 1988), ou de pequenas cidades como Itacajá, do Tocantins, dependentes da renda da aposentadoria rural de velhos indígenas (Sousa, 2000, pp. 33-7) também clamam por um interesse maior pela demografia por parte dos etnólogos.

## Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Pedro. 1972. “Informe sobre a situação territorial e demográfica do Alto Xingu”. Em *La Situación del Indígena en América del Sur (Aportes al estudio de la fricción inter-étnica en los indios no-andinos)* (Georg Grünberg, org.). Montevidéo: Tierra Nueva. pp. 355-379.
- ARRUTI, José Maurício Andion. 1999. “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”. Em *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* (João Pacheco de Oliveira, org.). Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 229-277.
- BAMBERGER, Joan. 1963. “Ethnobotanical notes on simaba in Central Brazil”. *Botanical Museum Leaflets* 21 (2): 59-64. Cambridge: Harvard University.
- BARATA, Maria Helena. 1999. *Tupi-Guarani e Jê Timbira: Articulações étnicas em processo*. Tese de doutorado em Antropologia. Brasília: UnB, ICS, Departamento de Antropologia.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1959. “A situação atual dos Tapirapé”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série, Antropologia, 3. Belém.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1968. *Urbanização e Tribalismo: A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CROCKER, Jon Christopher. 1985. *Vital Souls: Bororo Cosmology, natural symbolism, and shamanism*. The University of Arizona Press.
- DENEVAN, William. M. 1976. “The aboriginal population of Amazonia”. Em *The Native Population of the Americas in 1492* (William Denevan, org.). Madison: The University of Wisconsin Press. pp. 205-234.
- GRÜNBERG, Georg. 1972. *La Situación del Indígena en América del Sur (Aportes al estudio de la fricción inter-étnica en los indios no-andinos)*. Montevidéo: Tierra Nueva (sob os auspícios do Conselho Mundial de Igrejas e do Instituto de Etnologia da Universidade de Berna-Genebra). Com o título “Grupos indígenas do Brasil” apresenta nas pp. 423-433 a lista dos grupos indígenas com sua população, mas sem indicar o responsável pela compilação dos dados; entre as páginas 454 e 455 apresenta a distribuição desses grupos num mapa.
- FÍGOLI, Leonardo H.G. 1982. *Identidad Etnica y Regional: Trayecto constitutivo de una identidad social*. Dissertação de mestrado. Brasília: Unb, IH, Departamento de Ciências Sociais.
- HEMMING, John. 1978. *Red Gold: The conquest of the Brazilian Indians*. London: Macmillan London Limited.
- HOPPER, Janice H. (org.). 1967. *Indians of Brazil in the Twentieth Century*.

- Washington, D.C.: Institute for Cross-Cultural Research.
- HOWARD, Catherine. 1993. "Pawana: A farsa dos visitantes entre os Waiwai da Amazônia setentrional". Em *Amazônia: Etnologia e História Indígena* (org. por Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha). São Paulo: NHII-USP e FAPESP. pp. 229-264.
- ISA. 2000. *Povos Indígenas no Brasil — 1996/2000* (Carlos Alberto Ricardo, org.). São Paulo: Instituto Socioambiental
- KIETZMAN, Dale. W. 1967. "Indians and culture areas of twentieth century Brazil". Em *Indians of Brazil in the Twentieth Century* (Janice H. Hopper, org.). Washington, D.C.: Institute for Cross-Cultural Research. pp.1-68.
- LAND, Ney e Arilza Nazareth de ALMEIDA. 1979. "População e depopulação em grupos indígenas". *América Indígena* 39 (2): 339-369. México: Instituto Indigenista Interamericano.
- LADEIRA, Maria Elisa. 1982. *A troca de nomes e a troca de cônjuges: uma contribuição ao estudo do parentesco timbira*. Dissertação de mestrado pela Universidade de São Paulo.
- LARAIA, Roque de Barros. 1963. "Arranjos poliândricos na sociedade Suruí". *Revista do Museu Paulista* (Nova Série) 14. São Paulo.
- MARCHANT, Alexander. 1980. *Do Escambo à Escravidão: As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil — 1500-1580*. Tradução de Carlos Lacerda. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasília: INL (Brasília, 225).
- MATOS MAR, José. 1993. "Población y grupos étnicos de América. 1994". *América Indígena* 53 (4): 155-234. México: Instituto Indigenista Interamericano.
- MAYER, Enrique e Elio MASFERRER. 1979. "La población indígena de América em 1978". *América Indígena* 39 (2): 211-337. México: Instituto Indigenista Interamericano.
- MIGLIAZZA, Ernesto. 1965. "Fonologia Máku". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série, Antropologia, 25. Belém.
- LAZARIN, Marco Antonio. 1981. *A Descida do Rio Purus (uma experiência de contato interétnico)*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Brasília: UnB, IH, Departamento de Ciências Sociais.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1957. *Tristes Trópicos*. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Anhembi.
- MONTEIRO, John Manuel. 1994. "A dança dos números — A população indígena do Brasil desde 1500". *Tempo e Presença*, 273: 17-18. Rio de Janeiro e São Paulo:

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

- NIMUENDAJU, Curt. 1952. *The Tukuna*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press (Publications in American Archeology and Ethnology, 45).
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1988. *"O nosso governo": os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero, Brasília: MCT-CNPq.
- PENTEADO, Yara, Maria Brum. 1980. *A Condição Urbana: Estudo de dois casos de inserção do índio na vida cidadina*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Brasília: UnB, IH, Departamento de Ciências Sociais.
- RIBEIRO, Darcy. 1956. "Convívio e contaminação — Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas". *Sociologia* 18 (1): 3-50. São Paulo.
- RIBEIRO, Darcy. 1957. "Culturas e Línguas Indígenas do Brasil". *Educação e Ciências Sociais* 2 (6): 5-102 (não tem as pp. 8-10). Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Tradução para o inglês por Janice H. Hoper em *Indians of Brazil in the Twentieth Century* (Janice H. Hopper, org.). Washington, D.C.: Institute for Cross-Cultural Research, 1967, pp. 77-165.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. 1982. *Índios Proletários em Manaus: El caso de los Sateré-Mawé citadinos*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Brasília: UnB, IH, Departamento de Ciências Sociais.
- SALOMÃO, Rafael de Paiva. 2001. "Biodiversidade e Amazônia". *Ciência Hoje*, vol. 29, nº 174, pp. 30-6. Rio de Janeiro: SBPC.
- SOUSA, Hélder Ferreira de. 2000. *Os Líderes Craôs no Limiar do Século XXI*. Dissertação de mestrado. Brasília: UnB, ICS, Departamento de Antropologia.
- STEWART, Julian H. 1949. "The native population of South America". Em *Handbook of South American Indians* (Julian H. Stewart, org.), vol. 5, pp. 655-8. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology (Bulletin 143). Reimpressão por Cooper Square Publishers, New York, 1963.
- STEWART, Julian H. e Louis C. FARON. 1959. *Native Peoples of South America*. New York, Toronto e London: McGraw-Hill Book Company.